


## A questão indígena presente nos Livros Didáticos de História: uma análise a partir das orientações do Guia Digital PNLD


*The indigenous issue present in History textbooks: an analysis based on the guidelines of the digital guide to public textbooks of the Brazilian government*

Arnaldo Martin Szlachta Junior

 <https://orcid.org/0000-0001-5839-8224>

Universidade Federal de Pernambuco

Wilian Junior Bonete

 <https://orcid.org/0000-0003-0971-4192>

Universidade Federal de Pelotas

**Resumo:** O presente artigo busca fornecer uma análise minuciosa a partir das observações contidas no Guia Digital PNLD 2020, específicas em relação às onze coleções que receberam aprovação para serem utilizadas nas séries finais do Ensino Fundamental. Nosso objetivo é destacar de que maneira os especialistas responsáveis pela seleção das coleções enfatizam a temática da História e Cultura indígena. Além disso, examinaremos como essas coleções abordam essa temática, investigando se há uma ênfase na presença indígena em períodos históricos distintos daquele colonial, e se elas transcendem a visão exótica muitas vezes atribuída a essas sociedades. Particularmente, buscamos identificar se as coleções analisadas vão além das obrigações estabelecidas pela Lei 11.645/08, que trata da inclusão obrigatória de conteúdos relacionados à História e Cultura indígena no currículo escolar. Aprofundar-se nessa análise do Guia Digital PNLD 2020 é crucial, uma vez que esse documento desempenha um papel essencial na decisão dos educadores da rede pública de ensino básico ao selecionar as coleções didáticas a serem adotadas. O Guia Digital PNLD 2020 foi selecionado como foco desta pesquisa devido a sua relevância e impacto muitas vezes subestimados no processo de seleção de materiais didáticos. Acreditamos que ao trazer à tona as percepções e avaliações contidas nesse guia, poderemos contribuir para uma compreensão mais abrangente da abordagem da História e Cultura indígena nas coleções didáticas escolhidas, bem como destacar a importância do guia no contexto da educação básica pública. Portanto, através desta análise aprofundada, esperamos lançar luz sobre como as coleções aprovadas para as séries finais do Ensino Fundamental tratam e exploram a riqueza da História e Cultura indígena de forma a enriquecer a experiência educacional dos estudantes.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Guia Digital PNLD 2020. História e Cultura Indígena. Lei 11.645/08.

**Abstract:** This paper aims to provide a thorough analysis based on the observations presented in the Digital Guide PNLD 2020 (Brazilian Public System for the Purchase and Distribution of Educational Books), specifically concerning the eleven approved collections for use in the final grades of Elementary Education in Brazil. Our objective is to highlight how the experts responsible for selecting these collections emphasize the theme of Indigenous History and Culture. Furthermore, we will examine how these collections address this theme, investigating whether there is an emphasis on Indigenous presence in historical periods beyond the colonial era, and whether they go beyond the exoticized view often associated with these societies. Particularly, we seek to identify whether the analyzed collections go

beyond the obligations established by Law 11.645/08, which mandates the compulsory inclusion of content related to Indigenous History and Culture in the school curriculum. Delving into this analysis of the Digital Guide PNLD 2020 is crucial, as this document plays a pivotal role in the decision-making process of educators in the Brazilian public basic education system when selecting instructional materials. The Digital Guide PNLD 2020 was chosen as the focus of this research due to its often underestimated relevance and impact on the instructional materials selection process. We believe that by bringing forth the insights and evaluations contained in this guide, we can contribute to a more comprehensive understanding of the approach to Indigenous History and Culture in the selected educational collections, as well as underscore the guide's significance in the context of public basic education. Therefore, through this in-depth analysis, we aim to shed light on how the approved collections for the final grades of Elementary Education address and explore the richness of Indigenous History and Culture, with the aim of enhancing the educational experience of students.

**Keywords:** History Teaching. Guide to public textbooks of the Brazilian 2020. History and Culture of Indigenous people in Brazil. Brazilian law 11.645/08.

## Introdução

*Erro de Português*

*Quando o português chegou  
Debaixo de uma bruta chuva  
Vestiu o índio  
Que pena!  
Fosse uma manhã de sol  
O índio tinha despido  
O português.*

*Oswald de Andrade*

A escolha dos livros didáticos de História para as escolas públicas que ocorre a cada três anos para cada segmento<sup>1</sup> se dá por dois caminhos: o primeiro, a partir da análise das coleções que as editoras disponibilizam para as escolas; o segundo, por meio do Guia PNLD, um documento oficial disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o qual orienta a escolha dos professores, pois nesses guias estão presentes análises dos especialistas que realizaram a seleção dos livros que integram a coleção.

O Guia PNLD é formado por um documento geral de todas as áreas. Nesse documento, explicitam-se as metodologias das escolhas, bem como as abordagens que devem estar presentes na publicação. Acompanhado desse documento geral, também há um documento específico das áreas, o qual, após uma breve apresentação sobre os encaminhamentos da área, traz a análise dos livros didáticos escolhidos para a edição do Programa.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

<sup>1</sup> Os segmentos seriam: Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio.

Nesse contexto, essa pesquisa visa a analisar como está presente a questão indígena no Guia Digital PNLD 2020, da área de História, dedicada às séries finais do Ensino Fundamental. Buscamos observar como a História e a cultura indígena estão presentes nas análises das coleções, e como se articula com os marcos legais regulatórios do Ensino de História.

## Material e métodos

Precisamos ter a dimensão de que o livro didático é um produto construído de acordo com os parâmetros do PNLD<sup>2</sup> que integra uma lista de livros que, em geral, é escolhida pelos professores a cada três anos. Diversas pesquisas começaram a ganhar destaque, visto que “o estudo dos livros escolares ganha contornos específicos (no Brasil) pela existência de um programa nacional de avaliação e de distribuição gratuita de livros para alunos da Educação Básica – o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD” (RODRIGUES JUNIOR, 2015, p. 23). Tal mercado milionário é disputado por diversas editoras, algumas, inclusive, têm a maior parte de suas receitas relacionada a esse programa. Logo, o livro é constituído com o objetivo claro de se adequar às propostas do programa.

Por outro lado, é importante ressaltar que o livro didático é, muitas vezes, a única fonte de informação escrita a que o aluno e a sua família têm acesso, além da Bíblia. Sendo assim, ele se constituiu em um dos pilares da construção da história pública por décadas. Apple (1985, p. 85) destaca que são “os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e aprendizagem nas salas de aula de muitos países”.

Por meio do decreto 91.542/1985, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, sendo esse programa o que rege até hoje (com importantes mudanças desde a sua criação) a distribuição de livros didáticos no país por meio de recursos do governo federal. Como pondera Cassiano, a centralização ficou no âmbito federal:

[...] este programa foi criado em 1985, tendo como objetivo a aquisição e distribuição universal e gratuita de livros didáticos para os alunos da rede pública do ensino fundamental, sendo que a política de planejamento, compra, avaliação e distribuição do livro escolar é centralizada no governo federal. Realiza-se por meio do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), autarquia federal vinculada ao MEC (Ministério da Educação) (CASSIANO, 2004, p. 35).

O PNLD, entre outras atribuições, medeia a relação entre alunos, professores e editoras sobre a escolha e o acesso dos livros didáticos às escolas públicas do país. A reorganização da ação do PNLD se deu em 1995, quando “foi instituído o Guia de livros didáticos, que apresentava os resultados das avaliações produzidas pelo MEC” (RODRIGUES JUNIOR, 2015 p. 33). Vários foram os problemas relacionados aos livros didáticos, tanto em relação à distribuição quanto ao acesso dos materiais. Havia erros na sua composição como, por exemplo, a presença de discursos de preconceito, além de erros conceituais básicos. Por conta dessas e outras situações, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, com a promulgação da LDB, pela lei 9.394/1996, o Ministério da Educação estabeleceu que os livros deveriam passar pela avaliação de uma equipe formada por técnicos e especialistas, e tais resultados seriam publicados nos Guias Nacionais dos

---

<sup>2</sup> Programa Nacional do Livro Didático – PNLD é um programa do governo federal brasileiro surgido em 1985 que tem por objetivo oferecer a alunos e professores de escolas públicas dos ensinos fundamental e médio, de forma universal e gratuita, livros didáticos de todas as disciplinas escolares. A seleção dos livros se dá a cada 3 anos para cada segmento, tendo todo ano uma proposta nova.

Livros Didáticos, os quais eram distribuídos nas escolas para orientar os professores durante o processo de análise e de escolha das coleções, a cada três anos.

Com a resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), os quais eram divididos por disciplinas que orientavam os conteúdos e abordagens. Os PCNs passaram a influenciar a produção dos livros didáticos e muitos editores os tomaram como regra na composição editorial (CASSIANO, 2007).

Pelo gigantesco mercado editorial dos livros que se formara no país, as editoras passaram a ser mais criteriosas, principalmente diante dos critérios mais rigorosos, adotados nesse período. Caso as obras viessem a apresentar qualquer preconceito ou erros conceituais, seriam automaticamente eliminadas e isso forçou as editoras a reformularem e a reorganizarem coleções antigas (desde a década de 1970) que eram republicadas praticamente na íntegra<sup>3</sup>.

Em 2017, foi publicada e sancionada a terceira versão da BNCC para o Ensino Fundamental. Vale destacar que, com relação à História, houve uma longa discussão nas propostas da primeira versão de 2015, que se destacou pelo potencial de confrontar a prática factualista, a qual compreendia que o Ensino de História seria “um simples processo de transmissão de conteúdos factuais e verbalistas” (CAIMI, 2016, p. 89), tendo um movimento contrário ao documento, levantado por uma série de historiadores alheios ao campo do Ensino de História. A segunda versão, em 2016, e a terceira versão, em 2017, apresentaram-se de forma bem tradicionalista, focadas na tradição quadripartite e conteudista, abordando a narrativa centrada na temporalidade, sugestionando uma dimensão de progresso. Tais retrocessos se caracterizam “na perspectiva de pensar a história ensinada na escola como um ‘passado prático’” (PEREIRA; RODRIGUES, 2018, p. 4)

O Guia Digital PNLD 2020 aponta que as obras presentes visam à formação humana e cidadã nos anos finais do Ensino fundamental, destacando a BNCC como “mais substancial [...] como documento delineador” (BRASIL, 2020, p. 3), sendo a relação de conteúdos uma organização sistemática na “perspectiva de aprendizagem que associa a compreensão de objetos de conhecimento ao desenvolvimento de habilidades e competências” (BRASIL, 2020, p. 3).

## Resultados e discussão

É inegável que a promulgação da lei 11645/08<sup>4</sup> foi uma conquista enorme para o Ensino de História, sendo fruto de uma longa luta dos movimentos sociais que conquistaram o direito à voz e à representatividade, incluindo, por força da lei, nas narrativas “tradicionais”, a História e a cultura indígena. Entretanto, apesar do avanço com a promulgação da lei, ainda estamos muito além de uma abordagem ideal em relação à presença da questão indígena nos livros didáticos de História.

A aprovação dessa lei que obrigava a presença indígena, bem como da lei anterior 10639/03, que trazia a obrigatoriedade da História da África e da cultura afro-brasileira, são vistas, de acordo com Boa Ventura de Souza Santos (2002), como “uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências”, como uma ação de *razão indolente* frente à

---

<sup>3</sup> Sobre esse tema, recomendamos a tese de doutorado de CASSIANO (2007), na qual a autora examina detalhadamente o PNLD, mostrando como essa política pública, que faz do Estado brasileiro o maior comprador de livros didáticos do mundo, reconfigurou as editoras do Brasil, atraindo, inclusive, grupos internacionais para esse mercado. A tese foi premiada pela CAPES, em 2008.

<sup>4</sup> Para saber mais: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm), acessado em 04 de abril de 2021.

construção de um imaginário do *homem ideal*, que se pauta na concepção eurocêntrica, letrada e colonizadora, mesmo que a sociedade não tenha na prática esses atributos.

As narrativas presentes nos livros didáticos se constituem em um movimento de relações de poder e saber (FOUCAULT, 1979), e concordamos com Silva (2016), para quem o currículo é um campo de disputas e de constituições de subjetividade, pois possibilita formas de o indivíduo reconhecer e observar o seu meio e as relações presentes, possibilitando o sentimento de pertencimento e o convívio com diferentes identidades e organizações socioculturais.

Nossa intenção nessa pesquisa foi a de observar como são apresentadas aos professores as análises das coleções, se elas poderiam auxiliar ou definir qual publicação estará em uso nas escolas, pois, além das exigências presentes no edital, há diversas estratégias das editoras utilizadas para conseguir avaliações positivas aos olhos dos professores, e conteúdos e debates importantes não se aprofundam e apenas passam a constar numa numerosa lista de obrigações (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 128). O Guia Digital PNLD 2020 da área de História, destinado aos anos finais do Ensino Fundamental, apresenta a possibilidade de 11 coleções didáticas que as escolas da rede pública de ensino poderiam escolher. Mas para o presente estudo fizemos um recorte temático.

Realizamos a pesquisa, inicialmente, pela busca simples de termos no documento intitulado “Obras didáticas, Guia Digital PNLD 2020 História”. Como nossa análise é sobre a temática indígena no Ensino de História, não analisamos outros documentos gerais do PNLD, preferimos nos debruçar na especificidade desse documento. Utilizamos os seguintes termos em nossa busca: “indígena”, no singular, com cinquenta e duas ocorrências (vimos que não seria necessário incluir o termo no plural, pois o buscador já apontava os termos “indígenas” no documento); “índio” com nenhuma ocorrência; “índia” com duas ocorrências; e “nativo” com nenhuma ocorrência.

Apesar de o primeiro termo possuir um número considerável de ocorrências, muitas vezes se tratava não da análise das obras, mas sim da presença do termo em princípios norteadores da análise das obras, até mesmo a repetição do termo nos marcos legais levantados pelo guia, como a Lei 11.645/08, a BNCC e BNC da formação. Esses itens foram citados como exemplos, a fim de ilustrar a organização do documento, visto que a nossa intenção é a análise presente das obras didáticas. Na primeira parte do documento são colocados alguns pontos que os professores precisam ficar atentos quanto à escolha das obras que serão utilizadas nas escolas. No item 12 é apresentada a seguinte orientação para a escolha das coleções didáticas de História:

Valorização da cultura e da história de diferentes populações, em especial a cultura afro-brasileira e indígena (Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08), problematizando, de forma transversal, questões étnico-raciais por meio de uma educação antirracista (BRASIL, 2020, p. 4).

Logo mais à frente, o Guia Digital PNLD 2020 apresenta as explicações sobre como se deram as escolhas das obras presentes. No item *Princípios e critérios*, na alínea “e”, apresenta-se a seguinte redação: “Promover positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola, dos povos indígenas e dos povos do campo, valorizando seus valores, tradições, organizações, conhecimentos, formas de participação social e saberes” (BRASIL, 2020, p. 12). Chama-nos a atenção referente à expressão “positivamente”, dando a entender que se trata de uma intencionalidade narrativa.

Não iremos trazer nesse artigo textos da BNCC, BNC da formação e das Leis 10.639/03 e 11.645/08, pois nossa intenção nessa pesquisa é observar como são

apresentadas as coleções escolhidas, e o que os analistas didáticos dizem sobre a presença da História e da cultura indígena presente nelas.

A dimensão do livro didático como mercadoria foi amplamente abordada em trabalhos como de Circe Bittencourt (2004) e Kazumi Manakata (1997). Dessa forma, entendemos que esse produto acaba por reproduzir concepções de grupos ditos dominantes, aqueles que detêm a narrativa, produção e distribuição desses materiais. A escolha de análise das narrativas sobre as coleções didáticas é uma proposta de reflexão sobre as intenções, as necessidades e as obrigações que um livro didático público possui, como essas escolhas devem ser tomadas e como podemos constituir as narrativas presentes nessas obras, sem cair nas armadilhas da simplificação e generalização.

Adiantamos que a análise não foi realizada nos livros didáticos em si, mas sim nas leituras presentes no Guia Digital PNLD 2020 para entender como os professores são orientados por esse documento legal e oficial do Estado brasileiro, que muito colabora para a definição e o uso das obras presentes nas escolas públicas do país. As análises presentes no Guia Digital PNLD 2020 foram realizadas a partir de onze livros que foram selecionados pelo PNLD, a saber:

**Tabela 1: Obras do catálogo presente no Guia Digital PNLD 2020 para os anos finais do Ensino Fundamental: Área de História**

Coleção	Autores	Editora	Código PNLD 2020
ARARIBÁ MAIS – HISTÓRIA	Ana Claudia Fernandes; Renata Isabel Chinelatto Conseglidere; Solange de Almeida Freitas; Maria Raquel Apolinario; Pamela Shizue Goya; Sandra Machado Giorzi; Maria Lidia Vicentin Aguilar; Samira Adel Osman; Mario Jorge da Motta Bastos	EDITORA MODERNA	0324P20042
ESTUDAR HISTÓRIA: DAS ORIGENS DO HOMEM À ERA DIGITAL AUTORIA	Patrícia Ramos Braik; Anna Barreto	EDITORA MODERNA	0030P20042
GERAÇÃO ALPHA HISTÓRIA	Debora Yumi Motooka	EDIÇÕES SM	0034P20042
HISTORIAR	Gilberto Cotrim; Jaime Rodrigues	EDITORIAL SARAIVA EDUCAÇÃO	0032P20042
HISTÓRIA - ESCOLA E DEMOCRACIA	Flavio de Campos; Regina Claro; Miriam Dolhnikoff	EDITORA MODERNA	0350P20042
HISTÓRIA SOCIEDADE & CIDADANIA	Alfredo Boulos	EDITORA FTD	0382P20042
HISTÓRIA.DOC	Ronaldo Vainfas; Jorge Ferreira; Sheila de Castro Faria; Daniela Buono Calainho	EDITORIAL SARAIVA EDUCAÇÃO	0035P20042
INSPIRE HISTÓRIA	Reinaldo Seriacopi;	EDITORA FTD	0371P20042

	Gislane Azevedo		
CONVERGÊNCIAS HISTÓRIA	Caroline Minorelli; Charles Chiba	EDICOES SM	0320P20042
TELÁRIS HISTÓRIA	Cláudio Vicentino; José Bruno Vicentino	EDITORA ÁTICA	0309P20042
VONTADE DE SABER HISTÓRIA	Adriana Machado Dias; Keila Grinberg; Marco Pellegrini	QUINTETO EDITORIAL	0360P20042

**Fonte:** criação dos autores a partir de dados do Guia Digital PNLD 2020.

A primeira coleção apresentada no Guia Digital PNLD 2020 é a do conhecido “Projeto Araribá”, nessa edição apresentada como *Araribá Mais*, da editora Moderna. Essa editora foi a mais contemplada com essa versão em 2020, com três das onze obras escolhidas. A referida coleção já foi tema de pesquisas acadêmicas pela maneira como foi constituída, tendo aspectos distintos de outras conhecidas coleções, levando em conta questões relevantes e sensíveis das pesquisas em Ensino de História em sua concepção. Um dos destaques se dá pelo número de autores, tendo especialistas das variadas áreas e autores todos com formação em História e com pós-graduação *stricto sensu* na área (SILVA, 2012).

O trabalho realizado por essa grande quantidade de pessoas atuando no “projeto” possibilitou o desenvolvimento de um maior destaque quanto às questões da história cultural e multiplicidade de olhares. O “Araribá” foi um dos primeiros a apresentar questões afro-brasileiras e indígenas (GANDRA; NOBRE, 2014).

Apesar de ser um livro que se consagrou por possuir uma abordagem alinhada com as perspectivas das pesquisas nas humanidades, poucas foram as menções com o termo “indígenas”. Em um contexto geral, estão presentes muitas palavras que contemplariam as discussões com termos como “diversidade”, “direitos humanos”, “multiplicidade cultural”, entre outros. Sobre a temática indígena, encontramos: “Sobre os povos indígenas, a obra lembra a luta histórica pela demarcação de terras, mas a temática é apenas pontuada no corpo do texto-base, sendo melhor abordada nos boxes” (BRASIL, 2020, p. 84), enfatizando mais a organização técnica e editorial. Ainda encontramos a seguinte orientação: “A obra representa, tanto no texto-base como nas imagens, o protagonismo na história de grupos como indígenas, africanos, afrodescendentes, mulheres, camponeses e operários, promovendo o respeito e a tolerância na formação ético-cidadã (BRASIL, 2020, p. 90).

Entendemos que não caberia a análise muito detalhada sobre todos os aspectos que a obra apresenta, entretanto acreditamos que a forma como foi feita a abordagem da coleção, principalmente pela importância que ela possuiu no mercado, foi superficial, de modo que não encoraja os professores a escolherem para a escola sem antes acessarem informações prévias sobre a sua construção.

A próxima coleção que vamos analisar também é uma publicação da Editora Moderna, *Estudar História: Das origens do homem à era digital*, de autoria de Patrícia Ramos Braik e Anna Barreto. Nos livros desta coleção, como em outros livros, há uma inter-relação como outras temáticas sensíveis, como a educação democrática e a preservação do meio ambiente, como podemos observar:

[...] estimulam a formação de posturas críticas e respeitadas sobre temáticas contemporâneas fundamentais na educação democrática, como: os direitos dos povos indígenas, a preservação do meio ambiente, os direitos das crianças e dos adolescentes, a crítica ao nacionalismo

exacerbado, xenofobia, racismo, preconceito, entre outros. Isso ocorre, principalmente, nos boxes refletindo sobre e na atividade denominada Aluno cidadão (BRASIL, 2020, p. 95).

Fica evidente que a coleção possui uma preocupação com a cidadania, algo que é positivo, pois muitas coleções acabam focando na quantidade dos conteúdos e, como estes aparecem em questões de vestibulares e no Exame Nacional do Ensino Médio, entendemos que questões de cidadania e de direitos humanos sejam elementos cobrados no edital do PNLD. Mas o destaque fica para a nomenclatura da atividade “Aluno cidadão”. De forma específica, sobre a História e a cultura de povos indígenas temos:

A história e a cultura de povos indígenas são abordadas no decorrer dos volumes, nos quais são identificados e problematizados aspectos culturais dos povos da América pré-colombiana, os indígenas na América do Norte, os indígenas no processo de colonização da América portuguesa e espanhola, as lutas e os movimentos de resistência dos indígenas brasileiros na atualidade (BRASIL, 2020, p. 96 – grifo nosso).

Sobre a questão da presença da História e da cultura de povos indígenas, destacamos que na análise do Guia Digital PNLD 2020, a ênfase dos movimentos indígenas na atualidade minimiza a ideia estabelecida, muitas vezes, de serem coadjuvantes das ações do homem branco. Como aponta Circe Bittencourt (2004), a representação dos indígenas no livro didático sempre foi constante a partir de 1860, muito embora estereotipada em sua grande maioria (BITTENCOURT, 2004, p. 80-81).

Já a coleção *Geração Alpha História*, de autoria de Débora Yuami Motooka, publicação da Editora SM, é destacada pela perspectiva tradicional em sua composição, seguindo a estrutura da História eurocêntrica na sua organização. Destacamos que manter uma estrutura cronológica não é sinônimo de estrutura quadripartite, como é possível observar na coleção *Araribá Mais*, que é organizada cronologicamente sem ter essa perspectiva de divisão eurocêntrica:

Apesar de manter uma estrutura eurocêntrica no ordenamento dos capítulos e no tratamento das temáticas, a obra trabalha, ao longo dos quatro volumes, a história e a cultura africanas, a afrobrasileira e a indígena, sem estereótipos, inserindo os conteúdos referentes à presença e ao protagonismo desses grupos na história, tanto de uma perspectiva mais geral, como da sua presença na História nacional (BRASIL, 2020, p. 102 – grifos nossos).

Um ponto em destaque que a análise do Guia Digital PNLD 2020 tem sobre essa coleção é que ela está “sem estereótipos”. Apesar do exagero na generalização, as escolas precisam fugir de estereótipos. O trabalho de Lúcio Tadeu Mota e Isabel Cristina Rodrigues (1999) foi uma importante contribuição sobre como os indígenas eram retratados nos livros didáticos na virada do século. A pesquisa aponta que, naquela época, eram retratados apenas no Brasil colônia e desaparecendo na sequência. Já naquele momento, os autores chamavam a atenção do alinhamento da produção acadêmica com as publicações didáticas, pois os autores daquela época estavam “ignorando dados recentes e desprezando um tratamento mais refinado e cuidadoso com as populações indígenas” (MOTA; RODRIGUES, 1999, p. 48).

Podemos perceber análises distintas sobre a obra presente no Guia Digital PNLD 2020. Apesar de entender que a coleção estava “sem estereótipos”, na sequência indicam que a narrativa presente no livro teria uma relação de subserviência aos colonizadores: “As culturas indígenas são contextualizadas dentro dos eixos históricos americano e nacional,



[...] Os povos originários da América recebem atenção central, em sua relação com os colonizadores espanhóis, portugueses e ingleses” (BRASIL, 2020, p. 102).

Entendemos que a produção das narrativas que correspondem à perspectiva indígena deve seguir o que Luísa Wittmann (2015) aponta como a Nova História Indígena, ou seja, a superação da interpretação que a história indígena esteja condicionada à dominação, e entender que a narrativa seja constituída a partir dos próprios povos indígenas, garantindo-lhes o protagonismo de sua história e “preponderantemente levar em consideração a interpretação dos próprios indígenas acerca da História” (WITTMANN, 2015, p. 17).

A Coleção *Historiar*, dos autores Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, é publicada pela Editora Saraiva. Cotrim é um autor muito famoso no ramo de livros didáticos, estando no mercado desde a década de 1990. O termo indígena se destaca somente nesse ponto da análise presente no Guia Digital PNLD 2020:

O protagonismo e as lutas das mulheres, dos afrodescendentes e dos povos indígenas são valorizados em algumas passagens dos quatro volumes da coleção. Nestas passagens, evidencia-se não somente a importância dos povos indígenas e africanos para a formação do Brasil, mas também se oferecem pontos de vista de nossa história distintos daqueles produzidos somente a partir de referenciais eurocêntricos, destacando a pluralidade do conhecimento histórico (BRASIL, 2020, p. 108).

Percebemos, novamente, que a análise associa outros grupos, ditos minoritários, destacando que a coleção até possibilita pontos de vista que fogem das narrativas tradicionais eurocêntricas. Faz-se necessário uma aproximação maior das discussões propostas na academia sobre a temática do Ensino de História e a questão indígena.

De acordo com Luís Donisete Grupioni (1995, p. 482), os livros didáticos “ajudam a formar uma visão equivocada e distorcida sobre os grupos indígenas brasileiros”. A questão de não enxergar as especificidades indígenas e tratar de forma generalista em abordagens mais amplas e associadas a outros grupos é algo recorrente nas publicações didáticas, como ponderam as professoras Sandra Regina Ferreira de Oliveira, Márcia Elisa Teté Ramos e Marlene Rosa Cainelli (2018, p. 67): “A abordagem pertinente sobre a questão indígena deveria partir da ideia de que existe uma unidade (multiculturalismo) pautada na diversidade (especificidades)”. Não que debates sobre dimensões dos direitos humanos, das mulheres e outros povos não devam estar em pauta, mas ocorre que “sob a égide da igualdade, a diversidade dentro da unidade significa que da mesma forma precisamos nos reconhecer e nos respeitar como grupos com características diferenciadas” (OLIVEIRA; RAMOS; CAINELLI, 2018, p. 67).

Em meados dos anos 1990, Grupioni (1995) destacava o descompasso entre a produção da ciência de referência e o saber escolar. E, infelizmente, hoje, após 25 anos desse texto, e 13 anos da publicação da Lei 11.645/08, ainda temos generalizações, sociedades indígenas desconhecidas e/ou mal interpretadas por professores de escola para não-índios, perpetuando estereótipos com pequenos toques de narrativas escolhidas que simulam uma construção de narrativas plurais.

Já a coleção *História – Escola e democracia*, dos autores Flavio de Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, publicada pela Editora Moderna, destaca-se no Guia Digital PNLD 2020, pois entre as coleções selecionadas é a única que apresenta uma foto destacando a cultura indígena na capa de uma das publicações, no caso a destinada ao 6º ano, conforme imagem 1, reproduzida abaixo.

Apesar da considerável conquista de representação, uma vez que essa publicação é

a única entre as 11 escolhidas que apresenta uma imagem representativa da cultura indígena, é necessário entender que há pontos falhos nesse ato, e que a imagem poderia ter sido trabalhada de outras formas. Tendo em vista que as capas dos livros são usadas como apelo inicial pelas editoras para a venda da mercadoria livro didático, a imagem, no sentido como está presente nessa coleção, acaba configurando uma mera ilustração, pois não traz referência alguma sobre quais povos estão representados e em qual região vivem, colaborando para uma visão generalista sobre os povos indígenas.

**Imagem 1: Capa do Manual do Professor da publicação para o 6º**



**Fonte:** Guia Digital PNLD da área de História 2020, p.110.

Sobre as abordagens da narrativa histórica sobre a História e a cultura indígena, o Guia Digital PNLD 2020 apresenta a seguinte análise sobre o livro:

Há a valorização do protagonismo dos indígenas, dos afrodescendentes e das mulheres em contextos históricos. Destaca-se a escolha teórica de desconstruir os dogmas, preconceitos e estereótipos a partir de pesquisas, debates e problematização da experiência histórica por meio da análise crítica e discussão de outras interpretações históricas, especialmente nas abordagens sinalizadas com o ícone Olhares diversos (BRASIL, 2020, p. 113-114 – grifos nossos).

Essa descrição da coleção demonstra o quanto as lutas dos movimentos sociais permitiram tais conquistas como a desta análise, e por mais que as pesquisas sobre essas temáticas em livros didáticos apontem grandes equívocos, são conquistas que através da força de lei, ações dos movimentos sociais e intelectuais da área, garantem a presença de espaços como esse, destacado na análise do Guia Digital PNLD 2020: “os ícones Lei 10.639 em ação e Lei 11.645 em ação, que indicam atividades e discussões acerca da história e da cultura afro-brasileira e indígena, sugerindo encaminhamentos [...] em sua sala de aula” (BRASIL, 2020, p. 115).

E faz parte destacarmos os equívocos e propormos ações que visam a melhorar o debate sobre o ensino de História e a Cultura indígena. Isso não será conquistado rapidamente, sendo necessário lembrar de séculos de silenciamentos, lembrando que as “heranças negras e indígenas de nossa sociedade, devido à força e vigência de tradições intelectuais fortemente escoradas em uma perspectiva excludente, sempre poderão ser o centro de um diagnóstico de atraso” (PEREIRA; RODRIGUES, 2018, p. 8)

A coleção *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos, publicada pela Editora FTD, é uma das que se destacam nas escolhas dos professores da rede básica. A presença dos conteúdos é um dos apontamentos, pois a obra “trata da história e da cultura afro-brasileira e indígena, indo além do mero cumprimento legal.” (BRASIL, 2020, p. 117). Uma leitura que podemos fazer da expressão “indo além do mero cumprimento legal” revela que muitas das obras apresentadas apenas apresentam a questão indígena por obrigação da Lei 11.645/08 e, principalmente, por conta do caráter eliminatório do edital do PNLD.

Ainda sobre a coleção, o Guia Digital PNLD 2020 destaca:

Ao longo dos quatro volumes da obra, há imagens, atividades e abordagens que promovem positivamente a cultura e a história afro-brasileira, quilombola e dos povos indígenas em sua diversidade, enaltecendo seus valores, tradições, organizações sociais, saberes, formas de participação social, política e cultural no Brasil e em outras partes do mundo, no passado e no presente. Há passagens que colocam em destaque personagens históricos pertencentes a essas raças e etnias, especialmente nos volumes do 6º e 7º anos (BRASIL, 2020, p. 120).

Novamente temos uma visão positiva de como as obras didáticas abordam a temática de História e cultura indígena no Guia Digital PNLD 2020. Vale ressaltar que a análise do Guia é resultado de um rigoroso edital de seleção, com regras e temáticas estabelecidas pelo FNDE, e as obras, na grande maioria das vezes, são construídas e pensadas para responder a suas exigências. Percebemos que mesmo sendo direcionada a produção, houve nesse edital<sup>5</sup> a inscrição de treze coleções, das quais duas não obtiveram a nota mínima de análise, restando somente onze coleções para esse Guia Digital PNLD 2020.

A coleção *História.doc*, dos autores Ronaldo Vainfas, Jorge Ferreira, Sheila de Castro Faria e Daniela Buono Calainho, publicada pela Editora Saraiva, conta com nomes de relevância entre os autores, destacando-se o do professor Ronaldo Vainfas, professor titular de História Moderna na Universidade Federal Fluminense (UFF). Em 2015, a primeira versão da BNCC discutida causou polêmica entre os historiadores. O autor publicou, no jornal carioca *O Globo*<sup>6</sup>, em 05 de dezembro de 2015, um texto intitulado "Proposta da

<sup>5</sup> Edital disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/124-livro-didatico?download=13276:resultado-avalia%C3%A7%C3%A3o-pedag%C3%B3gica-pnld2020>, acessado em 08 de abril de 2021.

<sup>6</sup> O texto completo encontra-se disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/nova-face-do-autoritarismo->

comissão do MEC para o ensino da História em 2015 é uma aberração. Mutila os processos históricos globais, aposta na sincronia contra a diacronia". No texto, adjetivou a primeira versão da BNCC de "aberração" em um período que ele intitula como "lulopetismo", de forma bem incisiva, e diríamos violenta. Vainfas diz que a BNCC se apoia numa proposta de Ensino de "mundos brasileiros" e que havia ali um combate do eurocentrismo por meio do que ele chamou de "brasilcentrismo inconsistente".

O que chama a atenção é que a coleção é analisada pelo Guia Digital PNLD 2020 como uma obra que "aborda a pluralidade de experiências sociais, inclusive dos grupos historicamente subalternizados, conferindo protagonismos a sujeitos individuais e coletivos de grupos como as mulheres, os afrodescendentes e os povos indígenas" (BRASIL, 2020, p. 126), demonstrando que o professor Vainfas, sendo um dos que assinam a coleção, cede a preceitos conquistados durante o Governo Lula para ter sua obra aprovada, mesmo que tenha que seguir o "brasilcentrismo inconsistente" sobre a temática da História e Cultura Indígena brasileiras.

O Guia Digital PNLD 2020 aponta, ainda, a seguinte análise sobre a coleção *História.doc*:

No que diz respeito aos grupos indígenas, são estabelecidas temáticas sobre os do período colonial até o contemporâneo de maneira pontual. São situadas suas necessidades, reivindicações e conquistas ao longo do tempo, apesar de estarem representados iconograficamente de modo pouco diverso (BRASIL, 2020, p. 126).

Segundo essa análise, a obra que além de Vainfas é assinada por mais três autores, acaba por cumprir os requisitos do edital sobre a questão da História e Cultura Indígena de forma pífia, cumprindo protocolos previstos, distanciando-se de um processo de formação calcado na diversidade e pluralidade dos povos. Aliás, sendo muito coerente com as ideias publicadas em seu texto no jornal *O Globo*.

A coleção *Inspire História*, dos autores Reinaldo Seriacopi e Gislane Azevedo, é publicada pela Editora FTD. A análise do Guia Digital PNLD 2020 apontou, logo no início, que "a obra contempla a história e a cultura dos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros, destacando seu protagonismo em diferentes contextos e temporalidades" (BRASIL, 2020, p. 139).

A questão dos protagonismos que se destacam aqui, e em outras coleções analisadas nesse Guia, é um dos pontos principais sobre a abordagem da História e cultura indígena, fugindo da ideia que ocuparia um papel subsidiário, sendo uma extensão de uma cultura superior (a europeia) que suporta e possibilita auxílio à cultura inferior (a indígena) (ALMEIDA, 2009, p. 27).

Na sequência, o Guia Digital PNLD 2020 faz a seguinte análise da coleção: "As trajetórias dos povos indígenas são consideradas em todo o contínuo histórico, possibilitando a construção de imagens positivas no passado e no presente de tais populações, enquanto grupos sociais protagonistas de sua própria história" (BRASIL, 2020, p. 139, grifo nosso)

Um dos pontos é que as análises, apesar do então governo de tendência de extrema-direita, estavam sendo realizadas de maneira rigorosa pelos avaliadores do PNLD, garantindo algumas superações como a representação somente no período do Brasil Colônia. Entretanto, a representação dos grupos étnicos, indígenas, muitas vezes ainda cai em certas generalizações, como percebemos em Silva e Borges (2019, p. 351):

Quando são citados no presente, sempre é referindo-se aos indígenas do Estado do Amazonas, Mato Grosso ou de alguma aldeia isolada da civilização, deixando de mencionar que existem indígenas vivendo em sociedade, que estudam, trabalham e têm acesso a tecnologias como qualquer pessoa.

Essa homogeneização e generalizações são frutos do silenciamento por quase dois séculos na historiografia e nos livros didáticos de História. Miguel Arroyo (2011), ao analisar o currículo como disputa, destaca que os silêncios e as ausências dos sujeitos, em relação aos indígenas, não ocorrem por ingênuo esquecimento, mas se trata de uma intencionalidade política que surge com a “ideia de civilidade dos séculos XIX”, e continua com perspectiva da “modernidade capitalista [...] durante todo o XX” (ARROYO, 2011, p. 143).

A questão do silenciamento é presente, mas muitas vezes não se faz evidente. As coleções *Teláris História*, de autoria de Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, publicado pela Editora Ática, bem como a *Vontade de saber História*, de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini, da Editora Quinteto, não possuíam nenhum dos termos-chaves (indígena, índio, nativo) utilizados nas buscas que nos auxiliaram nessa pesquisa.

Não estamos afirmando, de forma alguma, que essas coleções não fazem a abordagem da História e da cultura indígena, mas sim que no Guia Digital PNLD 2020 apresentam-se análises de forma mais ampla como “povos e sua etnias”, “diversidade e multiplicidade”, sendo inclusive uma escolha proposital dos termos dos analisadores das coleções didáticas. Como pesquisadores, a nós cabe ecoar os silenciamentos, evidenciar as ausências e escancarar as sutilezas.

## **Conclusão**

Ao tomarmos como base a análise do Guia Digital PNLD 2021, reiteramos um compromisso com a educação pública e procuramos dar uma atenção epistemológica a esse documento que muitas vezes é esquecido, embora seja um agente importantíssimo no processo das escolhas das coleções, que necessariamente irão ser um agente primordial nas construções de saberes e de narrativas no ambiente escolar.

O próprio Guia Digital PNLD 2020 apresenta o seguinte balanço sobre o tímido, mas importante avanço quanto às questões de abordagens das coleções em relação à Lei 11.645/08:

Constata-se, assim, que as obras aprovadas no PNLD 2020 não conseguiram avançar no tratamento destas temáticas para além do que aquelas aprovadas em editais anteriores avançaram, impulsionadas pelas exigências das Leis nº 10.639, de 2003, e nº 11.645, de 2008, que tornaram obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2020, p. 23).

Entendemos o livro didático como uma mercadoria, assim como tantas outras que seguem as regras de mercado e um produto a ser consumido (BITTENCOURT, 2004), um instrumento importante no trabalho do professor, bem como do aluno. O livro didático, nas últimas décadas, deixou de ser ignorado pelos pesquisadores e ganhou notoriedade, e assim faz-se necessário trazermos para o debate outros documentos que o compõem. Para a pesquisa histórica, descortina-se “um terreno inteiro a ser explorado: o das práticas de uso dos livros didáticos” (MUNAKATA, 1997, p. 208). Contudo, ainda há um caminho a ser percorrido na busca de um livro didático que possibilite uma amplitude das várias, plurais e

dissonantes vozes presentes na sociedade brasileira.

A presença de uma narrativa que valorize a História e a cultura Indígena nos livros didáticos é uma luta que necessita do apoio dos pesquisadores do campo para que seja entendida a complexidade desses povos, bem como permitir que suas distintas vozes, com diversas línguas, expressões, timbres e sotaques ecoem na historiografia escolar nacional, de forma que caminhemos para um Ensino de História plural e democrático, e não façamos isso apenas por força da lei.

## Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades étnicas e culturais: novas perspectivas para a história indígena. In: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009, p. 27-38.

APPLE, Michael W. *Trabalho docente e textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARROYO, Miguel. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004.

BRASIL. 2020. *Guia de livros didáticos: PNLD 2020: História: Ensino Médio*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 156 p. Disponível em: [https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia\\_pnld\\_2020\\_pnld2020-historia.pdf](https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2020_pnld2020-historia.pdf), acesso em 26 de março de 2021.

CAIMI, Flávia Eloisa. A História na Base Nacional Comum Curricular: pluralismo de ideias ou guerra de narrativas? *Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação*, Porto Alegre, vol. 3, n. 4, p. 86-92, 2016.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. *O mercado do livro didático no Brasil: do Programa Nacional do Livro Didático–PNLD à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. O “outro” na sala de aula: o cinema no ensino da história e cultura afro-brasileira na educação escolar. *Revista Contrapontos*, Itajaí, vol. 10, n. 1, p. 82-89, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GANDRA, Edgar Ávila; NOBRE, Felipe Nunes. A temática indígena no ensino de História do Brasil: uma análise da coleção didática Projeto Araribá (2008-2013). *Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação*, Porto Alegre, vol. 1, n. 1, p. 40-57, 2014.

GRUPIONI, L. D. B. Livros didáticos e informações sobre as sociedades indígenas no Brasil” In: LOPES DA SILVA & GRUPIONI (orgs.). *A Temática Indígena na Escola*. Brasília: MEC/MARI/Unesco, 1995, 560 p.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tânia Regina de. O livro didático de história hoje: Um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Éder da Silva. *Os Kaingang do Vale do Ivaí – PR: História e relações interculturais*. Maringá: EDUEM, 2008

MOTA, Lúcio Tadeu; RODRIGUES, Isabel Cristina. A questão indígena no livro didático “Toda História”. *História & Ensino*, Londrina, vol. 5, p. 41-59, 1999.

MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; RAMOS, Marcia Elisa Tete; CAINELLI, Marlene Rosa. As sociedades indígenas nos livros didáticos de história: entre avanços, lacunas e desafios. *Revista História Hoje*, São Paulo, vol. 7, n. 14, p. 63-85, 2018.

PEREIRA, Nilton Mullet; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. BNCC e o passado prático: temporalidades e produção de identidades no ensino de história. *Archivos analíticos de políticas educativas*, Florida, EPAA, vol. 26, n. 107, p. 01-19, 2018.

RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. *Manuais de didática da história no Brasil (1997-2013): entre tensões e intenções*. Tese (Doutorado em Educação). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-280, 2002.

SILVA, Jeferson Rodrigo da. De anônimo a best-seller: digressões sobre o sucesso do Projeto Araribá-História no PNLD de 2008. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, vol. 4, n. 2, p. 102-127, 2012.

SILVA, Simone Maria; BORGES, Claudia Cristina do Lago. Educação escolar indígena potiguara: uma análise estrutural e material. *Tellus*, Campo Grande, n. 38, p. 341-367, 2019.

TADEU, Tomaz. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. São Paulo: Autêntica, 2016.

WITTMANN, Luisa Tombini. *Ensino (d)e história indígena*. São Paulo: Autêntica, 2015.

### Notas de autoria

Arnaldo Martin Szlachta Junior é doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá, docente do departamento de Ensino e Currículo da Universidade Federal de Pernambuco atuando na Licenciatura em História e nos Programa de Pós-graduação em História e no Programa Profissional em Ensino de História (ProfHistória). E-mail: [arnaldo.szlachta@ufpe.br](mailto:arnaldo.szlachta@ufpe.br)

Wilian Junior Bonete é doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, docente departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [wilian.bonete@ufpel.edu.br](mailto:wilian.bonete@ufpel.edu.br)

### Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

BONETE, Wilian Junior; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin. A questão indígena presente nos Livros Didáticos de História: uma análise a partir das orientações do Guia Digital PNLD. *Sæculum – Revista de História*, v. 28, n. 48, p. 162-177, 2023.

**Contribuição de autoria**

Não se aplica

**Financiamento**

Não se aplica

**Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica

**Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica

**Licença de uso**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

**Histórico**

Recebido em 28/02/2023.

Modificações solicitadas em 02/04/2023.

Aprovado em 07/05/2023.